

Desconstrução e reconstrução: repensado a prática e as experiências escolares acerca do ensino da temática indígena

Tatiane Lima de Almeida¹
Alexandre Gomes Teixeira Vieira²

Resumo: São muitos os problemas enfrentados pelo o ensino de história, sobretudo quando se trata da pluralidade e diversidade das etnias indígenas. Este trabalho pretende oferecer um diálogo acerca daquilo que é ensinado para os não índios acerca dos índios nas escolas do Brasil. Para tanto será utilizada a interface Antropologia/História/Educação, respaldada por amplo levantamento bibliográfico e reflexão a partir da Lei 11.645/2008. Tendo em vista que a história indígena tratada no âmbito escolar ainda está carregada de preconceitos e estereótipos, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. Vale salientar que este trabalho não pretende discutir Educação indígena, mas, o ensino da temática indígena nas escolas, tal justificativa se faz necessária, pois, tamanha é a carência de esclarecimentos nessa área que confusões desse tipo ainda são comuns.

Palavras-chave: Temática Indígena, Experiências Escolares, Ensino de História.

Abstract: There are many problems facing the teaching of history, especially when it comes to the plurality and diversity of indigenous ethnicities. This paper intends to offer a dialogue about what is taught to non - Indians about Indians in Brazilian schools. For this purpose, the Anthropology / History / Education interface will be used, supported by a large bibliographical survey and reflection based on Law 11.645 / 2008. Considering that the indigenous history treated in the school environment is still loaded with prejudices and stereotypes, both by teachers and students. It is worth emphasizing that this work does not intend to discuss indigenous education, but the teaching of indigenous subjects in schools, such a justification is necessary, because such is the lack of clarification in this area that confusions of this type are still common.

Key-words: Indigenous Issues, School Experiences, History Teaching.

INTRODUÇÃO

As mudanças no ensino de história e as reformas políticas educacionais que ocorreram na última década, que favoreceram o desenvolvimento da educação brasileira com a criação da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório no currículo do ensino fundamental e médio (público e privado) o estudo da história da cultura afro-brasileira e indígena entre outras iniciativas.

¹Mestrado profissional em Culturas Africanas da Diáspora e dos povos indígenas PROCADI/UPE Campus Garanhuns. Email: tatianelima1983@hotmail.com

²Mestrado profissional em Culturas Africanas da Diáspora e dos povos indígenas PROCADI/UPE Campus Garanhuns. Email: teixeira_história@live.com

Promoveram uma abertura para uma série de debates até então negligenciados tanto na educação quanto nas ciências humanas como um todo.

São muitos os problemas enfrentados pelo o ensino de história, sobretudo quando se trata da pluralidade e diversidade das etnias indígenas. A história indígena tratada no âmbito escolar ainda está carregada de preconceitos e estereótipos, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. A lei não delega apenas a responsabilidade aos professores de ensinar a história e cultura indígena, porém o que se percebe é que a maioria dos professores não está preparado para prestar esse serviço educacional aos estudantes ainda que a lei de essa garantia.

Ainda hoje, a ideia de história indígena concebida em sala de aula, trata o índio de forma estereotipada, generalista e restrita a algumas descrições de viajantes do século XVI. Assim, as dificuldades de professores e demais profissionais da educação básica consistem, particularmente, em responder à questão: como caracterizar com clareza as sociedades indígenas em seus aspectos comuns, ressaltando, entretanto, a singularidade de cada uma delas, sem reforçar estereótipos e preconceitos? Corroborando com o proposto por Wittmann (2015, p. 23) ao discutir essa temática.

A inserção e o aprimoramento do estudo da História e da Cultura indígena na educação são parte de um processo de reconhecimento e valorização da educação para as relações étnico-raciais, que respeita a diversidade cultural e étnica brasileira, mostrando que a história do nosso país foi construída por diferentes grupos humanos conviventes do mesmo espaço social.

Vale salientar que este trabalho não pretende discutir Educação indígena, mas, o ensino da temática indígena nas escolas, tal justificativa se faz necessária, pois, tamanha é a carência de esclarecimentos nessa área que confusões desse tipo ainda são comuns. Ou seja, este trabalho pretende oferecer um diálogo acerca daquilo que é ensinado para os não índios sobre os índios, na interface entre Antropologia, História e Educação.

Povos indígenas, desconstruir para construir, uma luta pela diversidade

O reconhecimento destes grupos veio tardiamente após décadas de extermínio, opressão e escravidão. Os avanços propostos na legislação brasileira a partir de novas experiências democráticas apresentam contribuições significativas para a compreensão da diversidade étnica e cultural brasileira, constituindo-se em ações afirmativas potencializadoras para uma educação das relações étnico-raciais. Com isso, é preciso entendermos melhor as mudanças ocorridas no ensino através da contribuição dessa nova legislação, o principal exemplo é a Lei 11.645/2008 que torna

obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e da indígena no ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas.

Os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 e seus desdobramentos legais, como exemplifica a Lei nº. 11.645/2008, que torna obrigação curricular o ensino de história e cultura indígena no Ensino Fundamental e Médio no Brasil, são formas muito singelas e tardias de reversão formal pelo Estado brasileiro da multissecular violência praticadas sobre os habitantes nativos deste continente. (SOUZA, 2012, p. 22).

A nova constituição favoreceu o reconhecimento legal da diversidade étnica cultural, que garante o direito as diferenças, valorização sociocultural, preservação das línguas e da religiosidade originária de cada povo. Desta forma, reconhecia-se que o Brasil é um país pluriétnico, colocando em situação de igualdade os povos indígenas existentes em todo território brasileiro. Munduruku (2012, p. 37) coloca que “Assim, a atual Constituição Federal trata dos direitos dos povos indígenas de forma transversal, ampla e inovadora, ao reconhecer que reside na diversidade cultural e não incapacidade civil a necessidade de proteção jurídica destinada aos povos indígenas...”

Sendo assim, ganha legitimidade o que nas últimas décadas foi buscado pelos novos cenários políticos e os movimentos sociais, que conquistaram seus espaços e difundiram o respeito à sócio diversidade. Como ressalta Munduruku (2012, p. 46) “Pela primeira vez que os povos indígenas podiam propor uma verdadeira política que uma identidade própria...” Direitos sociais específicos foram reconhecidos, identidades foram afirmadas e respeitadas, ao menos deveriam ter sido. Essa afirmação de direitos permiti entender de fato, que o Brasil é um país que não possui uma identidade nacional única, sendo uma sociedade com várias expressões socioculturais, identitárias e afirmadas principalmente a partir das diferenças.

Faz-se necessário, então, desconstruir a ideia de uma suposta identidade genérica nacional, regional. Questionar as afirmações que expressam uma cultura hegemônica que nega, ignora e mascara as diferenças socioculturais. (SILVA, 2012, pg. 40)

O processo de construção da ideia e imagem dos povos indígenas é uma herança do primeiro contato do europeu com esses povos seu olhar de estranheza, espanto ao ver aqueles homens com valores e culturas, tão diferentes, ou mesmo nem perceber nas comunidades que aqui estavam alguma “cultura” de fato. Esse olhar cheio de preconceitos e estereótipos diante do outro, olhar esse que contribuiu para idealizar um índio genérico e estagnado historicamente e negligenciado após o momento do contato inicial.

Logo essa negligencia com o “Outro” que sofreram a maioria das comunidades indígenas brasileiras, não foi involuntária ou inocente, mas impregnado de ideologias e intenções

preconceituosas daquilo que não “deveria” ser familiar na sociedade então idealizada. Como afirma Souza (2016, p. 183) ao afirmar que o contato entre os ameríndios e os colonizadores europeus deve ser entendido como o maior encontro de “alteridade”, onde o ideal do colonizador encontra algo que de fato o contrapõe.

A imagem do índio generalizada está associada basicamente veiculada pela mídia sentido *latto*: um índio que pode ser definido por biótipo, cabelos lisos, que caçam e pescam, que vivem nus, moram em ocas e possuem práticas culturais exóticas. Isso para não mencionar o romantizado pela literatura fundamentada na cultura do colonizador como índios ingênuos, inocentes ou bons selvagens, ou mesmo os demônios, pagãos e canibais.

A história construída sobre a formação da sociedade brasileira sobre o olhar do colonizador, privilegiou por muito tempo os heróis, valores, patrimônios e a cultura europeia em detrimento daquilo que estava se desenvolvendo aqui, promovendo com isso um silenciamento da participação dos povos indígenas na construção da história do nosso país, isso sem mencionar todas as outras categorias inseridas também de forma genérica na categoria de comunidades tradicionais.

De maneira geral tendemos a considerar nossa cultura superior as demais, herança deixada por toda uma história eurocêntrica. Muitas vezes não nos damos conta do nosso olhar de estranhamento perante o diferente, e aprendemos no mundo contemporâneo a relativizar, o que reforça ainda mais a negligência e a não compreensão do “outro” em nossa sociedade. Há uma supervalorização do “eu” e assim, acabamos por gerenciar valores e organizações sociais que já não concebem outras formas de ser.

Santos (2016, p. 173) diz que “O etnocentrismo, como prática cultural, impede que vejamos o outro a partir de seu próprio ponto de vista, de forma, coerente, e acaba criando distorções e imagens preconceituosas acerca do outro.” A deficiência no que diz respeito a perceber a diversidade cultural brasileira está tão somente relacionada ao olhar europeu que tem conduzido, ainda que em tempos de reelaboração, a forma de tratar a diversidade. Os silêncios que a historiografia possui para com as comunidades indígenas em contraponto à supervalorização da história do colonizador. E por fim, é difícil mesmo hoje perceber o outro, também devido a postura hierárquica, que permite ao discurso do colonizador assumir posição de destaque em relação ao “outro”.

A escola como espaço de superação de visões estereotipadas

Os desafios e as possibilidades do ensino da História Indígena na educação, tem como intuito possibilitar que professores e estudantes possam pensar sobre as sociedades indígenas que vivem no Brasil, e que conheçam não apenas a diversidade dos grupos aqui existentes, mas que também se apropriem da história indígena. Pois, é notório que ambos desconhecem a rica diversidade étnica no território brasileiro.

[...] as problemáticas enfrentadas na escola, em especial nas aulas de História, quando se trata de questões relacionadas à pluralidade das etnias indígenas e à diversidade constituintes de suas experiências histórico-culturais. (ANDRADE, 2016, p. 100)

A escola tem o papel de superar ideias equivocadas a respeito dos povos indígenas, veiculando informações que permitam conhecer, respeitar e valorizar sua diversidade e identidades. Torna-se necessário identificar os problemas de modo a perceber onde está a lacuna que prejudica a abordagem da temática indígena no cotidiano escolar, isso deve ocorrer através da observação e análise práticas desenvolvidas em sala de aula.

A necessidade de rever a temática indígena nas escolas, é uma preocupação de vários setores da sociedade, governos, educadores e intelectuais. É imprescindível o esforço para que visões estereotipadas do "índio" que vive na mata, pescando e caçando, deixem de ser realidade nas escolas brasileiras, e na mentalidade dos próprios educadores. Apesar dos avanços nas pesquisas sobre o ensino de história da cultura indígena, o "índio" continua sendo visto como único e o mesmo que existia em 1500, uma espécie de entidade genérica.

Se, por um lado, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena na escola, forjada por uma lei, pode produzir certo desconforto, por outro oferece possibilidade alentadora de que um tema tão importante e necessário se faça presente no curso básico e nos currículos de formação docente, favorecendo o diálogo étnico-cultural e modos de vida próprios dos povos originários e, contribuindo, assim, para superar o silêncio e os estereótipos que, em geral, acompanham a temática indígena nos espaços escolares. (BITTENCOURT, 2012, p.14)

Por tanto, percebemos que a educação escolar é um meio de superar os preconceitos, ideias equivocadas sofridas pelos povos indígenas. Nesse sentido, torna-se necessário identificar os problemas no modo como o ensino de história trata essas comunidades. Tendo como papel importante na promoção do reconhecimento e respeito dos grupos étnicos-culturais, é nessa perspectiva que a educação deve ser pensada, como sendo uma disciplina mista, que articula com maior discernimento a fora como conduz suas discussões.

Deve-se ressaltar que a educação é responsável por promover a inclusão desses povos, e não mais ser um instrumento de dominação que durante o período colonial teve o papel salvacionista e civilizatório. A participação dos povos indígenas na história do Brasil trabalhada

em sala de aula, vincula sempre o “índio” no passado, no processo de colonização, apenas como coadjuvantes da história dos colonizadores. E no decorrer dos estudos historiográficos a população indígena não aparece em outros momentos, esse cenário no entanto, vem se transformando a algum tempo na academia, ao refletir acerca do próprio conceito de cultura, que percebe a transformação social que os grupos tradicionais, dentre eles os indígenas passaram ao longo de nossa história. Ter condições de perceber essas transformações sociais é crucial, para de fato caminhar na direção de um processo de ensino aprendizagem que vise realmente o respeito e o reconhecimento das várias identidades existentes no Brasil.

“A escola é um espaço privilegiado para as várias manifestações de diferentes grupos, para onde convergem normas, valores, tradições, rebeldias, resistências e novas perspectivas, bem como dela procedem ressignificações, indignações, comportamentos e reelaborações que são possíveis graças à convivência entre as diferenças posta em jogo.” (LIMA, 2016, p. 102)

As leis 10.639/03 e a lei 11.645/08 promoveram sem dúvida um grande avanço nas últimas décadas, somando as experiências dos movimentos sociais que favoreceram o reconhecimento de direitos e identidades de povos e comunidades negligenciadas ao longo da história. No âmbito educacional, a possibilidade de reconhecer e discutir a sociodiversidade brasileira atuou como um lugar de resistência para dar suporte as manifestações sociais e fundamentar as leis que apoiam esses grupos. A obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena é sem dúvida o maior marco desse processo. A implementação das leis possibilitou estudar, conhecer, compreender a temática indígena, superando assim os equívocos, preconceitos, estereótipos construídos até hoje na sociedade de todo país.

“...Lei nº 11.645 nos coloca: estabelecer um diálogo intercultural respeitoso com os povos indígenas...” (MEDEIROS, 2012, p. 61). A referida lei além de favorecer novos olhares para a História e para esses grupos, também servira para mudar antigas práticas pedagógicas preconceituosas. Em uma análise superficial percebe-se que existem vários desafios para efetivação de que determinou a Lei, no que se refere aos conteúdos mencionados, dando ênfase aos aspectos simbólicos e representativos, como ao preparo dos professores, estes que em muitos casos não tiveram formação adequada ou capacitação para a efetivação da mesma.

“... uma análise mais profunda a respeito das informações que chegam ao público de modo geral, sobre a questão indígena e ainda faz com que possamos perceber como tem sido o papel dos educadores e do material utilizado em sala de aula no reforço de noções preconceituosas e estereotipadas.” (SOUZA; SANTOS, 2016, p. 188)

A escolha das abordagens sobre a metodologia e temática indígena utilizadas nas escolas são um grande desafio para os educadores, e que acabam por homenagear os índios no dia 19 de

abril, fazendo cocar, pintando os estudantes ou através de leituras de lendas folclóricas, mas sem problematizar essas atividades o que acaba por não alterar em nada o quadro social. Trabalhar a temática apenas em datas comemorativas, resulta em reproduzir visões distorcidas e estereotipadas. As autoras Souza e Santos (2016), afirmam que enquanto deixarmos uma perspectiva eurocêntrica e etnocêntrica obscurecer nosso olhar sobre a diversidade cultural brasileira, nosso material didático produzido, nossos discursos, nossas práticas pedagógicas continuarão a produzir ideologias preconceituosas de negação do outro.

Corroborando com o proposto por Souza e Santos (2016), Collet (2013, p. 8), coloca que “Cabe chamar a atenção para a importância da abordagem da tentativa indígena na sala de aula não apenas porque ela é uma questão “politicamente correta” ou porque “os índios são nossas raízes”, mas também pelo fato de que existem hoje graves situações de conflitos, discriminação e violência sofrida pelos povos indígenas.” É preciso educar as crianças e os jovens para a construção de um olhar crítico sobre a relação de desigualdades existentes entre os diversos grupos étnicos. Na efetivação da Lei 11.645/2008 o maior desafio talvez seja a capacitação dos professores, tanto na formação inicial nas universidades, quanto nas formações continuadas. Raramente disciplinas que atendam a temática exigida pela lei são ofertadas nestes cursos e quando são falta formação naqueles que estão ministrando tais disciplinas. A experiência prática e o contato com a realidade indígena também se faz necessária, mas é totalmente negligenciada pelas instituições formadoras. Silva (2012, p. 220) coloca que:

“É preciso que as secretarias estaduais e municipais incluam ainda a temática indígena nos estudos, nas capacitações periódicas e na formação continuada, e a abordagem deve se dar na perspectiva da sociodiversidade historicamente existente no Brasil.” (SILVA, 2012, p. 220)

Fica evidente nas diversas pesquisas realizadas e divulgadas que a maioria dos educadores não estão preparados para trabalhar a temática indígena em sala de aula. Vale destacar que esse problema não está restrito à temática indígena, mas também a vários outros temas relacionados ao contexto contemporâneo, o que expõe a fragilidade em conduzir uma educação contextualizada e presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa sociedade a escola tem um papel importante na formação humana, a escola é o lugar onde se dá a efetivação da lei 11.645/2008, e as dificuldades, os desafios no fazer pedagógico e o processo de ensino-aprendizagem devem ser considerados. A educação escolar é

um meio de superar os preconceitos sofridos pelos povos indígenas, e torna-se necessário mudar essa realidade no processo pedagógico. É importante que a escola diminua a distância entre essas comunidades e aqueles que não fazem parte delas, promovendo assim o respeito a diversidade étnico-cultural. É preciso desenvolver meios de estímulo aos estudantes para apoio aos povos indígenas na luta pela resistência e pelos seus direitos.

Referências

- ALVES, Nilda; GARCIA, Regina L. (Org.). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC/Sedac/Museu Nacional/UFRJ, 2006.
- BITTENCOURT, C.M.F. **Ensino de História fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CARVALHO, Carlos Roberto de; NOGUERA, Renato; SALES, Sandra Regina (orgs.). **Relações Étnico-Raciais e Educação: contextos, práticas e pesquisas**. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR/UFRJ, 2013.
- COLETT, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando Preconceitos subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Ltda. 2013.
- FONSECA, Selva Guimarães, **Fazer e ensinar História**, Belo Horizonte: Dimensões, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para professores**. São Paulo: Contexto, 2011.
- GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994.
- HIPOLIDE, Márcia, **O Ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental – metodologias e conceitos**. Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2009.
- LIMA, Maria Margarida de Andrade. Identidades, Diferenças e Diversidade: entre discursos e práticas educacionais. In: ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; (orgs). **O ensino da temática Indígena: Subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidade indígenas**. Recife, Edições Rascunhos, 2016. P. 99-109.
- MEDEIROS, Juliana Schineider. Povos indígenas e a Lei nº. 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil. In: BERGAMASHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER; Maria Luísa Merino de Freitas, (orgs) **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: editora Mediação, 2012. P. 49-62.
- MUNDURUKU, Daniel, **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970)**. Ed. Paulinas, São Paulo, 2012.
- NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do; SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva, **Antropologia, Educação e Estado Pluricultural: notas sobre o sistema educacional brasileiro frente à pluralidade cultural**. O público e o privado, nº 16. 2010.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC; MARI; USP, 1995.

SILVA, Edson. **Povos indígenas: História, Culturas e o ensino a partir da Lei 11.645**. Historien – Revista História [7]. Petrolina. 2012.

SILVA, Giovani José da. Ensino de História Indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini (orga.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 21-46.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva; SANTOS, Hosana Celi Oliveira. Antropologia Indígena – Territorialização. In: ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; (orgs). **O ensino da temática Indígena: Subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidade indígenas**. Recife, Edições Rascunhos, 2016. P. 181-211.

SOUZA, José Otávio Catafesto. Reconhecimento oficial da autonomia e da sabedoria dos agentes originários e reorientação do projeto (inter) nacional brasileiro. In: BERGAMASHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER; Maria Luísa Merino de Freitas, (orgs) **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: editora Mediação, 2012. P. 17-32.

WITTMANN, Luisa Tombini (orga.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.